

# DE MORAES SILVA A JOÃO RIBEIRO – CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DA GRAMÁTICA NO BRASIL<sup>1</sup>

Leonor Lopes Fávero – PUC-SP / USP

## 1. Considerações iniciais

O trabalho se insere no quadro da História das Idéias Lingüísticas, o que nos permite estudar não somente as antigas gramáticas portuguesas anteriores à de Adolfo Coelho (2ª metade do século XIX), mas também as primeiras escritas por brasileiros (as de Moraes Silva e de Frei Caneca, por exemplo) e qualquer outro saber fundado na ciência lingüística, como, no Brasil, as obras gramaticais surgidas a partir do compêndio de Júlio Ribeiro (1881). “Assim, toda tradição gramatical é uma parte das idéias lingüísticas” (Fávero e Molina, 2004, p.1), pois

(...) não há civilização atual que seja verdadeiramente compreensível sem um conhecimento de itinerários já percorridos, de valores antigos, de experiências vividas. (Braudel, 1989, p.53)

Além disso:

A História das Idéias Lingüísticas contempla o estudo das Instituições onde, por exemplo, no século XIX, tais saberes eram discutidos, alargados, disseminados, os veículos por onde circulavam e as polêmicas que suscitavam, pois, de acordo com Aurox (1989), o historiador deve projetar os fatos num hiperespaço que comporta essencialmente três tipos de dimensão: uma cronologia, uma geografia e um conjunto de temas. (Fávero e Molina, *op.cit.*, p.140)

Serão aqui examinadas gramáticas publicadas no Brasil no século XIX. São todas obras destinadas à escola, umas para primeiras letras e outras para estudos mais avançados, trazendo algumas inclusive exercícios.

Antes de passar ao estudo das obras é preciso indicar os critérios que presidiram à seleção das mesmas; para que se pudesse bem avaliar as propostas,

---

<sup>1</sup> A parte deste trabalho relativa ao período vernaculista constitui versão modificada e ampliada do texto *Gramática é a arte...* publicado em ORLANDI, E. (2001), *História das idéias lingüísticas*, Mato Grosso, Pontes/ UNEMAT, p 59-70.

foram escolhidas obras do início, do meio e do fim do século; examinaram-se o conceito de gramática e a sinopse gramatical, com o objetivo de identificar as idéias predominantes e as mudanças que propuseram.

Se a tarefa principal do pesquisador é levantar o maior número possível de obras, isso não significa necessariamente maior exaustividade, pois, como mostra Delesalle (1986), quanto mais o levantamento aumenta, mais ilusória é a exaustividade e a questão só pode ser resolvida, ou pelo menos contornada, se trabalharmos com recortes; neste caso, o largo período de tempo cronológico aqui se justifica para que seja possível depreenderem-se as mudanças ocorridas.

Elia (1963, p.117), partindo da periodização de Antenor Nascentes (1939, p.20-45)<sup>2</sup>, divide a história dos estudos gramaticais no Brasil em dois períodos: *vernaculista*, de 1820 (época de nossa independência) a 1880 (época da publicação da *Gramática Portuguesa* de Júlio Ribeiro, e *científico*, de 1880 em diante. Sobre o primeiro afirma:

*Esse período coincide, grosso modo, com o advento e o triunfo da escola literária denominada Romantismo. É, pois, uma fase de contradição entre as preocupações puristas e classicizantes de alguns espíritos conservadores ou retardatários e as reivindicações reformistas, senão mesmo revolucionárias, de representantes de uma geração ansiosa de afirmações autonomistas e até separatistas. Nos dois campos, porém, predominavam as intenções de vernaculidade, de não corrupção de linguagem, de legitimidade das formas de dizer.*<sup>3</sup>

E sobre o segundo:

O período científico compreende duas fases: a 1<sup>a</sup>. vai de 1880 a 1900, em números redondos. É um momento de transição, mas em que as forças de renovação prevalecem sobre as de conservação.

## 2. Conceituação de gramática

No período vernaculista a gramática é considerada uma arte, na continuidade da conceituação oriunda do modelo greco-latino. Aristóteles atribui ao termo o sentido de ofício, habilidade para se fazer algo; artesão é o que possui essa habilidade e conhece as coisas pelos efeitos, não pelas causas. Dionísio chamou sua obra de arte gramatical, por não ser ela especulativa, mas prática.

<sup>2</sup> Antenor Nascentes denomina o período que vai “dos tempos em que começou a cultura brasileira até 1835”, data da publicação do *Compêndio da gramática da língua nacional* de Pereira Coruja, de “período embrionário de orientação exclusivamente portuguesa”.

<sup>3</sup> Nas citações, atualizou-se a ortografia.

As *Artes Liberales* (= dignas dos homens livres) constituíram durante séculos o currículo escolar; nas escolas medievais eram elas ensinadas, especialmente a gramática, a retórica e a dialética, o *trivium*, mas a gramática se tornou a arte por excelência a ponto de alguns criticarem a excessiva importância que lhe era atribuída.

E é nesse sentido de gramática como uma das *Artes Liberales* que vamos ter, do Renascimento até o século XVIII, obras intituladas *Arte de Gramática*, *Arte e Gramática*.

As obras aqui examinadas intituam-se todas gramáticas e conceituam gramática como *arte*, na continuidade do modelo latino.<sup>4</sup>

Assim temos:

*Gramática é a arte que ensina a declarar bem os nossos pensamentos, por meio de palavras.* (Moraes Silva, p.13)

*Gramática portuguesa é a arte que ensina a falar, ler e escrever corretamente a língua portuguesa* (Frei Caneca)

*Gramática portuguesa é a Arte que ensina a falar, ler e escrever sem erros a Língua Portuguesa.* (Costa Duarte)

*Gramática portuguesa é a arte que ensina a declarar bem os nossos pensamentos por meio de palavras.* (Pereira Coruja)

*Gramática portuguesa é a arte de falar e escrever corretamente a língua portuguesa.* (Sotero dos Reis)

*Gramática portuguesa é a arte de falar, e escrever corretamente a língua portuguesa.* (Freire da Silva)

*Gramática é a arte de falar e escrever corretamente: o seu objeto é, portanto, a palavra.*

*Fala e escreve corretamente quem se conforma com as regras sancionadas pelos ditames da boa razão, e segundo os usos respeitáveis pelo assenso que granjearam dos doutos.* (Grivet)

Esta posição fora assumida também por Soares Barbosa (1822). As obras objeto de estudo deste trabalho apresentam a divisão que, segundo Swiggers (1984), constitui o aspecto mais original da teoria gramatical dos Enciclopedistas: a distinção entre gramática geral, que se ocupa dos princípios imutáveis da construção das línguas e a particular, que trata dos princípios arbitrários próprios de uma linguagem.

---

<sup>4</sup> Maria Filomena Gonçalves (1955) verificou que também em Portugal, até 1851, a gramática é predominantemente definida como arte; a partir dessa data “as definições diversificam-se: para além de arte surgem os termos ciência e disciplina”. (p.42)

Toda gramática particular e rudimentária [...] deve ter por fundamento a gramática geral e razoada... (Soares Barbosa, p.XI)

A primeira é uma ciência que tem como objeto os princípios imutáveis e gerais da palavra, a segunda, uma arte. Assim dois tipos de abordagem são possíveis: um voltado para os universais e outro, para os sistemas gramaticais das línguas particulares (Fávero, 1996). O primeiro não é puramente especulativo, pois “a gramática geral é a busca empírica dos princípios universais da língua”:

[...] é um sistema metódico de regras que resultam das observações feitas sobre os usos e fatos da língua. (id., p.14)

A ciência gramatical é anterior a todas as línguas e a arte gramatical é posterior, mas, diferentemente de Chomsky, os princípios universais são adquiridos e não inatos. Seguindo os Enciclopedistas estão os gramáticos brasileiros. Assim é que encontramos:

A gramática universal ensina os métodos e os princípios de falar comuns a todas as línguas. A gramática particular de qualquer língua, v.g., da portuguesa, aplica os princípios comuns de todos os idiomas ao nosso, segundo os usos adotados pelos que melhor falam. (Moraes Silva, p.13)

Gramática é a arte de reduzir a regras os princípios comuns a todas as línguas. (Frei Caneca, p.20).

A Gramática Universal é imutável e a mesma em todas as Nações. Mas como estas escolheram para sinais das suas idéias vocábulos diferentes só no material dos sons, é preciso acomodar aqueles mesmos princípios invariáveis à índole de cada Língua, começando pelo estabelecimento das preceitos gerais da Linguagem, e aplicando-os depois aos usos da que se pretende ensinar: eis aí o que se chama Gramática Particular. (Costa Duarte, p.7)

E Sotero dos Reis assim se expressa:

A gramática geral é a ciência dos princípios imutáveis gerais da palavra pronunciada ou escrita em todas as línguas. A gramática particular é a arte de aplicar aos princípios imutáveis e gerais da palavra as instituições arbitrárias e usuais de qualquer língua. (p. V)

Na obra *Postilas Gramaticais* afirma ser essa definição de Du Marsais e transcreve as razões do autor:

A Gramática Geral é uma ciência, porque tem por objeto a especulação razoada dos princípios imutáveis e gerais da palavra; a Gramática Particular é uma arte, porque respeita a aplicação prática das

instituições arbitrárias e usuais de qualquer língua aos princípios gerais da palavra.(p.VI)

Em 1881, com a publicação da *Gramática Portuguesa* de Júlio Ribeiro (adquire sua forma definitiva na segunda edição em 1884), a situação muda: inicia-se na gramática brasileira, por influência de Epifânio da Silva Dias e Adolfo Coelho, o período científico em que “as forças de renovação prevalecem sobre as de conservação”, quando “despontam de maneira mais segura e auspiciosa, as manifestações da direção filológica a qual, daí por diante, irá caracterizar os estudos lingüísticos no Brasil.” (Elia, op. cit., p. 121).

No Prólogo expõe Júlio Ribeiro a natureza de seu trabalho:

As antigas gramáticas portuguesas eram mais dissertações (de metafísica) do que exposições do uso da língua. (p.1)

Revela a intenção de aplicar às línguas os princípios do evolucionismo biológico que dominava o fim do século. Conceitua gramática, baseando-se em Whitney, como a “exposição metódica dos fatos da linguagem” e afirma que ela não “faz leis e regras para a linguagem” e seu estudo “não tem por principal objeto a correção da linguagem”. Porém diz também que “as regras do bom uso da linguagem expostas como elas o são nos compêndios, facilitam muito tal aprendizagem.” (id.ibid.).

Para Maximino Maciel

Gramática é a sistematização lógica dos fatos e normas de uma língua qualquer. (p.1)

E, para João Ribeiro :

Gramática é a coordenação das fórmulas, leis ou regras da linguagem literária ou polida (p.3)

Esses autores omitem o termo ciência muito usado na época e que vai aparecer na conceituação de Alfredo Gomes:

Gramática é a ciência dos fatos da linguagem, verificados em qualquer língua. (p.7)

Essas conceituações inserem-se no contexto do século XIX, em que se buscavam as leis que regiam a evolução das línguas: saímos do estudo mentalista e ingressamos no estudo do evolucionismo na linguagem. São os princípios das ciências como a Biologia, a Física aplicados ao estudo das línguas.

Termos como *norma*, *leis e regras* não significam *ter de dizer certo*, *ter de bem dizer*, mas é o princípio que vai explicar o fato lingüístico. (Cavaliere, 2000, p.45). É o que se encontra também na obra *Filologia Portuguesa* (de 1889) de Maximino Maciel, que vai ratificar sua conceituação de gramática:

Gramática é o tratado dos fatos e dos fenômenos da linguagem em todas as suas manifestações exteriores.

Em acepção mais ampla e considerada sob o domínio filológico, a gramática pode definir-se: o estudo circunstanciado e metódico dos fenômenos e das leis da linguagem humana.

E em Júlio Ribeiro:

Bem como as espécies orgânicas que povoam o mundo, as línguas, verdadeiros organismos sociológicos estão sujeitas à grande lei da seleção. (p.153)

Tentam conciliar as novas propostas com as então existentes, pois se o evolucionismo não tem como valorizar a norma padrão e seu ensino, já que seu propósito é explicar os fatos e não fazer leis nem propor regras, não há como negar as antigas teorias (Fávero, 2002a, p.78).

Mas não conseguem desligar-se completamente da herança logicista; assim dividem a gramática em geral e particular. Geral é a que expõe *os princípios lógicos da linguagem* e particular a que expõe *os princípios e as particularidades de cada idioma*. (João Ribeiro, p.3) ou como diz Alfredo Gomes à página 7 de seu trabalho:

Gramática geral é o estudo dos preceitos, leis e anomalias da linguagem, comuns aos idiomas de um grupo. Gramática particular é o estudo dos mesmos preceitos, leis e anomalias da linguagem num idioma determinado.

Além de geral e particular, a gramática pode ser histórica, quando trata da evolução da língua nos seus diferentes períodos de formação; comparativa, quando compara os fatos de duas ou mais línguas; descritiva, quando descreve os fatos de uma língua e prática, quando ensina a “falar e escrever corretamente, segundo os usos das pessoas doutas”.

Como se pode observar, a gramática nesse período exerce como as demais, de Fernão de Oliveira até hoje, o duplo papel de descrever os componentes lexical, morfológico e sintático e de estabelecer regras que orientem o usuário, determinando o que deve e o que não deve fazer. Assim ela não foge à regra, além de descritiva e prescritiva é também geral, pois, como diz Maximino Maciel, trata da *sistematização lógica dos fatos e normas de uma língua qualquer* (grifos meus).

### 3. Sinopse gramatical

As obras da primeira fase do século aqui examinadas – fase vernaculista – privilegiam a divisão em quatro partes: etimologia, sintaxe, ortografia e

prosódia/ortoepia, porém Moraes Silva e Grivet não procedem desta maneira. Moraes Silva apresenta a seguinte divisão: depois de um prólogo – Ao leitor benévolo – e de uma introdução em que fala dos sons e letras, traz dois capítulos em que trata da morfologia (ou etimologia) e da sintaxe, como vai fazer mais tarde Epifânio da Silva Dias em sua *Gramática Elementar*, merecendo elogios de Leite de Vasconcelos (*Opúsculos*, vol. IV, p. 947) que não menciona, entretanto, a obra de Moraes Silva. (Fávero, 2002b, p. 269)

A obra de Grivet, publicada em 1881, já sofre influência das novas idéias e propõe cinco partes: lexicologia, sintaxe, ortografia, prosódia e pontuação. A divisão em quatro partes, encontrada também em gramáticos do século anterior, como Reis Lobato, é herança da Idade Média, permanecendo até o século XVI, com Nebrija e João de Barros, ou mesmo até o século XVIII ou XIX, como estamos vendo. A ortografia vem sempre no fim ou entre duas partes porque, por necessitar de conhecimentos das outras partes, não poderia nunca iniciar a gramática.

A gramática de Frei Caneca propõe, como já o haviam feito Beauzée para o francês e Soares Barbosa para o português, que o sistema gráfico represente os sons e os acentos da língua. Esforça-se ele por mostrar que a escritura deve adaptar-se ao inventário fonético do português, o que já havia sido proposto por Verney, sem êxito (Fávero, 1999). Não chega, porém, a apresentar nenhuma proposta, mas endossa a posição de Soares Barbosa, citando-o:

Escrevam-se as palavras com tantas letras quantas bastem para a pronúnciação. (Soares Barbosa, p.12)

Diz ainda:

O alfabeto português é muito imperfeito, visto que para formar umas sílabas tem letras de mais, e para formar outras falta-lhe letras: porque adotaram os homens alguns erros que comunicaram à posterioridade, e que já estão irremediáveis. Esses erros foram habituarem-se desde a nossa infância a pronunciar algumas letras com sons diferentes dos sons naturais. (p.62)

Costa Duarte, depois de dizer que “infelizmente a certeza da escritura é relativa não ao vocábulo, mas sim à vontade dos ortógrafos” (p.84), afirma que há três ortografias: a *etimológica*, que manda escrever não só os sons com que pronunciamos as palavras, mas também “os que eles tiveram ou têm nas Línguas donde os houvemos”; a *usual* quase sem regra alguma, não é um sistema e sim um agregado de inseqüências” e a *filosófica ou da pronúnciação*, a que ensina a escrever com “as letras do Alfabeto Nacional que forem indispensáveis, para representar os sons de que se compõem os vocábulos no uso vivo da Língua”:

A Ortografia etimológica e a Usual estão muito fora do alcance da maior parte da Nação. Todos podiam usar a Ortografia da Pronunção; e assim haveria unidade de sistema, a qual tanto nisto, como em tudo, é muito para desejar. (p.85)

Já os autores do final do período, como Sotero dos Reis e Grivet, assim se expressam:

[...] os sistemas exclusivos de ortografia somente segundo a pronúncia, ou de ortografia puramente etimológica, são irrealizáveis; o primeiro porque a pronúncia varia, para o bem dizer, em cada pronúncia e em cada século; o segundo, porque seria mister escrever as palavras como se acham na língua de onde são derivadas, ao que se opõe a forma e a pronúncia dos termos derivados. Assim, o único sistema racional, e o único seguido pelos bons autores, é o da ortografia mista, que participa de um e de outro, e melhor se acomoda às modificações, que vai passando a língua de tempos a tempos. (Sotero dos Reis, p.275).

E

O sistema ortográfico da língua portuguesa aparece na sua origem como baseado em uma transação entre duas tendências divergentes: a da tradição, que procura ressaltar a filiação das palavras pela manutenção do elemento etimológica; e a da fonocidade, que labuta, a bem da leitura e da escrita, pela redução ao emprego das letras ao que estritamente requer a reta elocução. (Grivet, p.499)

Como se vê, poucas são as novidades e, embora Epifânio da Silva Dias, já em 1876 divida a gramática em *fonologia* (o ortografia perde sua autonomia, estando aí incorporada), *morfologia e sintaxe*, Freire da Silva em sua obra de 1875 divide-a em *prosódia, etimologia, sintaxe e ortografia*, ainda que citando Brachet, Burnof e Ayer.

Na segunda metade do século, o centro da pesquisa é a *palavra*, explicando-se o porquê da divisão da gramática ser *fonologia, morfologia e sintaxe* e não mais *prosódia, etimologia, sintaxe e ortografia*, ou então, como o fez Júlio Ribeiro, inspirado em Bain, uma variante, *lexicologia e sintaxe*, porque a sintaxe, não sendo mais” o fim da gramática” (Sánchez), mas parte dela, passa a ocupar até 50% das obras até então publicadas.

Como bem disse Cavaliere (op.cit. p.53-4):

A lexeologia é certamente no projeto de descrição gramatical proposto por Ribeiro, o núcleo de onde reverberam todos os campos de investigação linguística. Isso porque é efetivamente a palavra que sintetiza o foco das atenções, seja como elemento monolítico isola-

do, seja enquanto conjunto de segmentos morfológicos, seja como item da organização frasal. A sintaxe, destarte, embora constitua a segunda parte da descrição gramatical, na prática não vai além de um grande tentáculo da lexeologia.

E é a mesma a posição de Alfredo Gomes:

Divide-se a gramática em duas partes: a morfologia [ou lexicologia] ou estudo da forma das palavras ou dos vocábulos; a sintaxe ou o estudo da função e boa disposição das palavras na frase. (p.8)

Diferentemente, Maximino Maciel divide a gramática em quatro partes: fonologia, exiologia, sintaxiologia e semiologia. Que a fonologia seja apresentada como autônoma não causa estranheza porque assim já estava em Adolfo Coelho e em Epifânio. O que é digno de nota é a semiologia, “tratado da significação das palavras em todas as suas manifestações”(p. 467), pois, se, contemporaneamente a Bréal, Pacheco da Silva já havia escrito *Noções de Semântica*, obra publicada postumamente em 1903 e em que dizia preceder a da Bréal em aproximadamente duas décadas, é a primeira vez que ela aparece incluída em uma gramática. Pena é que o tratamento da semântica em nossas gramáticas não tenha frutificado.

João Ribeiro, por sua vez, propõe nos *Prolegômenos*, de forma diferente, a seguinte divisão: vocábulo, sintaxe e estudos complementares. No estudo do vocábulo – lexeologia – inclui fonologia, morfologia e classificação e na sintaxe, a frase ou proposição. Apesar de a fonologia aparecer subordinada à lexeologia, considera-a, assim como a semântica e a etimologia, partes da filologia. Em nota à página 4 de sua *Gramática Portuguesa*, curso superior, afirma:

[a fonologia] sob o aspecto lingüístico e histórico, como observa Sweet (A new engl. Grammar logical and historical), não deve fazer parte da gramática e é antes um ramo muito especial da filologia. Por isso e ainda pela dificuldade do assunto, colocamo-lo no fim deste livro, como estudo complementar, e de modo breve e sumário.

E ainda na mesma página:

O estudo do vocábulo chama-se Semântica, e o da origem e história das formas primitivas, Etimologia; conquanto muito dependentes da gramática, dela não fazem comumente parte a Etimologia nem a Semântica, e antes representam divisões da filologia geral

Embora não tenha apresentado nos *Prolegômenos* um novo plano de gramática dentro dessa sua visão e tenha preferido ficar com a maioria de seus contemporâneos, o que é de lastimar-se, no interior da obra essa nova visão aparece muito claramente.

#### 4. Considerações finais

As gramáticas aqui examinadas, algumas das muitas que se publicaram no país durante o século XIX, revelam claramente as tendências da época. Até 1880, o Brasil pouco conhece fora de Condillac e Beauzée, permanecendo a influência da gramática geral e filosófica, mais geral do que filosófica, e, após 1880, quando se inicia o processo de gramatização no país (Auroux, 1992), ingressa-se no evolucionismo lingüístico, sob a égide da gramática histórico-comparativa, com a influência de Ayer, Brachet, Bréal, Adolfo Coelho, Epifânio, Littré e Whitney : a língua é um organismo vivo, que nasce, evolui e morre, “sujeita à grande luta pela existência, à lei da seleção” (Júlio Ribeiro, op.cit., p.135).

Não se encontra ainda a influência do movimento neogramático, talvez pela pequena diferença de tempo entre a publicação da obra de Júlio Ribeiro e as primeiras do movimento. Cabe ressalva ao *Dicionário Gramatical* de João Ribeiro (1889) onde se lê:

Entre os neogramáticos a ênfase exprime o conjunto de todas as tendências de integração, isto é, todas as forças que se opõem à de-generação das línguas. (p.8)

#### Referências bibliográficas

- AUROUX, S. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, Editora da UNICAMP
- CANECA, J. do A.D. (1875). *Breve compêndio de Gramática Portuguesa*. Recife, Typ. Mercantil, edição póstuma
- CAVALIERE, R. (2000). *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Niterói, EDUFF.
- CORUJA, A.A.P. (1835). *Compêndio de gramática da língua nacional*. Rio de Janeiro.
- ELIA, S. (1975). *Ensaio de filologia e lingüística*. Rio de Janeiro, Grifo.
- FÁVERO, L.L.(1999). Breve compêndio de Grammatica Portuguesa- Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. *Filologia e Lingüística Portuguesa*. São Paulo, Humanitas,/FFLCH-USP, p. 89-104.
- \_\_\_\_\_(2002a). A gramática Portuguesa de Júlio Ribeiro. *Revista da Anpoll*, 13, p.73-88.
- \_\_\_\_\_(2002b). Epítome da Grammatica Portuguesa: uma gramática portuguesa ou brasileira? In: CANIATO, B.J.e MINÉ, E. *Abrindo Caminhos*. São Paulo, Coleção Via Atlântica, 2, p. 67-277.

- \_\_\_\_\_. & MOLINA, M A.G. (2004). História das idéias lingüísticas: origem, método e limitações. *Revista da Anpoll*, 16.
- FREIREDA SILVA, A. (1886). *Compêndio de gramática portuguesa*. São Paulo, Typ.de Jorge Seckler, 5ª. edição.
- GOMES, A. (1918). *Gramática portuguesa*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 17ª. edição, correta e aumentada.
- GONÇALVES, M.F. (1995). A ortografia na antiga gramaticografia portuguesa. As gramáticas do século XIX. *Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística*, vol.III, Lisboa, p.39-51.
- GRIVET, C.A. (1881). *Nova gramática analítica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Typ. de G. Leuzinger.
- MACIEL, M. (1922). *Gramática descritiva*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 8ª. edição.
- \_\_\_\_\_. (1889). *Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro, Typ. José de Oliveira
- MORAES SILVA, A de ((1813). *Dicionário da língua portuguesa ; Epítome da gramática portuguesa*. Lisboa, Typ. Lacerdina, 2ª. edição.
- NASCENTES, A. (1939). *Estudos filológicos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- RIBEIRO, JOÃO (1889). *Dicionário gramatical*. Rio de Janeiro, Livraria Clássica.
- \_\_\_\_\_. (1909). *Gramática portuguesa. Curso superior*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 15ª. edição.
- RIBEIRO, JÚLIO (1919). *Gramática portuguesa*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 13ª. edição.
- SOARES BARBOSA, J.(1875). *Gramática filosófica da língua portuguesa*. Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências. 6ª. edição.
- SOTERO DOS REIS , F.(1871). *Gramática portuguesa*. Maranhão, Typ.de R. de Almeida, 2ª. edição.
- \_\_\_\_\_. (1862). *Postilas de gramática geral*. São Luis, Typ.R.de Almeida.
- SWIGGERS, P. (1884). *Les conceptions linguistiques des Encyclopédistes*. Heidelberg, Verlag.
- VASCONCELOS, J. LEITE de (1929). *Opúsculos, vol. IV*. Coimbra, Imprensa da Universidade.